



A investigação em medicina geral e familiar em Portugal

Luiz Miguel Santiago*

O presente número da *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar* (RPMGF) traz um artigo importante e preocupante, trabalho que versa a citação de artigos publicados na RPMGF. Este artigo com dados de autor tem, entre outras conclusões, a redução da citação de artigos publicados na RPMGF, quando comparados dois períodos distintos e sequenciais 2000-2008¹ e 2009-2015² (dinâmica de crescimento de -33,3%), e a redução de artigos originais que, nos dois períodos, representaram 22,9% e 13,5% respetivamente e dos relatos de caso 3,3% e 5,4%, também respetivamente.

A realidade da investigação médica portuguesa da especialidade de Medicina Geral e Familiar (MGF) carece, assim, de ser estudada.

Sabemos de muitos artigos de autores de MGF portugueses a serem publicados em revistas ou jornais estrangeiros e que aqui não citaremos pelo receio de podermos, ao não conseguir a exaustividade, ser menos corretos com aqueles acerca dos quais não referíssemos.

Mas, dada a profundidade científica a que as universidades obrigam para um mestrado pré ou pós Bolonha e para um doutoramento, estamos certos de que o número de artigos é grande, até porque os estudantes de MGF em doutoramento são cada vez mais – e ainda bem.

Que estudamos e que investigamos? Quem são os autores? Que linhas de investigação estão a prosseguir?

Aqueles de nós que têm a felicidade de poder frequentar *fora* ficam entusiasmados com os comentários dos nossos colegas, que elogiosamente apreciam a qualidade da nossa investigação e das nossas apresentações, sobretudo quando percebem que o trabalho de investigação é feito, maioritariamente, sem fundos fi-

nanceiros mínimos e, sobretudo, com recurso a horas pessoais.

No artigo que se menciona percebe-se que as secções de relato de caso e artigo original valeram, entre 2008 e 2015, 18,9% das publicações, sendo que no anterior estudo valiam 26,2%. Muito? Pouco? E, segundo dados dos autores, 50,8% dos artigos são publicados sem que na autoria haja um especialista em MGF, ou seja, foram os internos pela necessidade de publicar ou então foram especialistas de outras áreas ou de outros contextos nacionais de atuação.

Parece então existir o risco de muitos trabalhos cessarem com a sua publicação, pois cumpriram o objetivo pretendido e a linha de investigação possível desapareceu.

Sendo Portugal um país pequeno, mas muito grande naquilo que tem, com, por exemplo, uma rede de colheita de dados eletrónicos onde diariamente são registados milhões de dados, faz espécie que muita investigação não se produza por aqueles que trabalham em MGF.

O que se investiga? A célula, a atividade diária? Os indicadores da DGS, da ACSS, o IDG? E para que serve cumprir o que lá está plasmado? Que alterações de morbilidade, de prática e até de mortalidade trouxeram? O que é que estes conceitos de atividade e medição representam nas práticas diárias? Estarão a influenciar a prática médica por terem sido explicados e como tal ter sido feita ciência?

Somos muito bons a aceitar quase escrupulosamente as *guidelines*, mas já somos mais críticos a aceitar as «Normas». Temos instrumentos para trabalhar cientificamente a forma como nos querem moldar, mas aí ficamos pelo lado técnico-aplicacional da «coisa».

Quantas teses de mestrado integrado na área da MGF são produzidas por ano? Quantas linhas de investigação podem elas abrir, assim as faculdades o queiram? Quantos artigos são anualmente produzidos, submetidos à RPMGF e depois, porque aceites, não lhes são se-

*USF Topázio, ACES Baixo Mondego
Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra



guidas as sugestões de novos estudos? Quantos estudos colaborativos nacionais estamos a fazer e em que áreas?

E depois surge invariavelmente a questão de publicar onde e porquê ou porquê e onde!

De facto, a ordem das perguntas é importante e tem a ver com, no primeiro caso, maturação mais estruturada e, no segundo, com a pressa para o *curriculum*. Se o porquê tem respostas lógicas como o *curriculum* ou o demonstrar o conhecimento e eventual progressão na carreira, já o onde tem resposta que carece de vontade, querer, estratégia e mesmo recursos disponibilizáveis para que, em tempo breve, de forma expedita, com resultados demonstráveis publicamente, e tendo o peso da tirania da bibliometria, seja apetecível.

E na área da MGF portuguesa, a RPMGF tem de assumir esse papel de expositora da investigação nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Rosendo I, Santos T, Martins D, Pimenta G, Neto MG, Francisco MP, et al. A citação da Revista Portuguesa de Clínica Geral na Revista Portuguesa de Clínica Geral [Citation of articles from the Portuguese Journal of General Practice in the Portuguese Journal of General Practice]. *Rev Port Clin Geral*. 2008;24(4):457-61. Portuguese
2. Abreu CH, Rosendo I, Santiago LM. A evolução da citação na Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar: de 2000-2008 para 2009-2015 [Evolution of the citation of the Portuguese Journal of General Practice]. *Rev Port Med Geral Fam*. 2017;33(6):414-8. Portuguese

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

lmsantiago@netcabo.pt